

O bonde sem freio da mercantilização

LEVANTAMENTO APONTA QUE OS PROCESSOS DE COMPRA E VENDA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL DEVEM AVANÇAR, SEM CONTROLE, EM 2012.



A PRIVATARIA TUCANA

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM AMAURY RIBEIRO JR., AUTOR DO BOMBÁSTICO LIVRO: "A PRIVATARIA TUCANA".

INVESTIMENTO DIRETO

ÍNDICE DE INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO É PRINCIPAL DISCUSSÃO NA APROVAÇÃO DO NOVO PNE.

TRABALHADORES

CONTEE REALIZOU VI ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES.



3 EDITORIAL
Em jogo: o rumo da educação brasileira

4 EDUCACIONAL
Novo PNE

10 NACIONAL
Com Lula e Dilma Conferências explodem, mas dão resultado?

14 SINDICAL/ARTIGO
Plano de Carreiras

20 ENTREVISTA
Amaury Ribeiro Jr - “Se não fosse a blogosfera o meu livro não existiria.”

24 CURTAS DAS FILIADAS

28 CAPA
O bonde da mercatilização avança sem controle

31 EDUCACIONAL
Unesco destaca situação do ensino médio brasileiro

32 CURTAS DA CONTEE

36 SINDICAL
Campanha Salarial Nacional 2012

38 COMUNICAÇÃO/ARTIGO
Tv por assinatura: O pecado da nova lei é o conteúdo nacional

42 EM ALTA, EM BAIXA

44 PERFIL
O que esperar do novo Ministro

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Danielle Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - 3 mil exemplares; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand – CEP 70340-906 – Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral

Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral

Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais

Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos

João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social

Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças

José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais

Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais

Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia

Nara Teixeira de Souza

Regional Sul

Cassio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste

Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste

Edson de Paula Lima

Regional Norte

José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste

Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho

Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes

Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha

Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesevicz

Eduardo Assis Fonseca Botelho

Erivelton José Konfideira

Franciso Perez Levy

Gilson Reis

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

José Jackson Bezerra

Lavínia Rosa Rodrigues

Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado

Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira

Olmir Luiz Paludo

Osvaldo Souza Santos

Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn

Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo

Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos

Gisele Vargas

Robson Terra Silva

Em jogo: o rumo da educação brasileira

O ano de 2012 já começa agitado e polêmico, com a expectativa da aprovação do Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação – que, após tramitar pela Câmara dos Deputados, segue para o Senado Federal. A luta pela construção e aprovação de metas e indicativos afinados com as resoluções da Conferência Nacional de Educação unifica as bandeiras das principais entidades nacionais de educação e dos movimentos sociais. O índice de investimento em educação em relação ao Produto Interno Bruto segue como ponto de maior discussão do Projeto.

De outro lado, o avanço dos processos de mercantilização da educação, com o aprofundamento da formação de conglomerados no ensino superior, advindos de fusões e aquisições estritamente direcionadas aos interesses mercantis, preocupa e nos mantêm alertas. Este é o tema abordado na matéria de capa desta edição – redigida a partir de levantamentos que sinalizam a intensificação das compras de instituições de ensino no próximo período.

Nas páginas a seguir, trazemos também a discussão sobre a realização de conferências e suas consequências no planejamento e elaboração das políticas públicas brasileiras, bem como artigo sobre Plano de Carreira, assinado pelo professor J.S. Faro. Confira ainda um perfil do novo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e a expectativa das entidades de educação para sua gestão.

A democratização da comunicação ganha destaque com o debate sobre importância da regulamentação TV a cabo e com uma entrevista imperdível com o autor do livro mais polêmico e badalado, lançado no final de 2011: “A Privataria Tucana”. Na entrevista, exclusiva à CONTEÚDO, Amaury Ribeiro Jr. fala sobre o esquema de desvio de recursos das privatizações, feitas pelo Governo FHC, e denuncia o envolvimento de veículos de imprensa nas irregularidades.

Por fim, as últimas notícias das atividades e ações da CONTEE e de nossas entidades filiadas e tudo sobre a Campanha Salarial Nacional 2012 – criada pela Confederação – que destaca: “Tem algo errado no Ensino Privado”.

Boa leitura!

*Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE*



Novo PNE

É preciso reverter tendência de queda *nos investimento em educação*



O aumento do investimento público em educação em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) é uma das principais lutas das entidades nacionais de educação e dos movimentos sociais no novo Plano Nacional de Educação – que precisa garantir a reversão da tendência de queda dos recursos da educação.

No início de janeiro, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) divulgou dados sobre o investimento público direto em educação realizado em 2010. O levantamento mostrou um pequeno crescimento em relação a 2009 – passando de 5% para 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB), somando todos os recursos gastos por municípios, estados e a União, em educação.

Entretanto, os novos dados do INEP apontaram uma redução no ritmo do aumento dos recursos para o setor – esperava-se que o percentual fosse de 0,2% – média dos últimos cinco anos.

Desde o início da série histórica produzida pelo instituto, o patamar do investimento público em relação ao PIB passou de 3,9%, em 2000, para 5,1%, em 2010. Isso representa que, em uma década, o Brasil ampliou em 1,2 ponto percentual do PIB os recursos aplicados em educação. De 2002 a 2005, observou-se um período de queda e, em seguida, de estagnação dos investimentos em comparação ao PIB. A partir de 2005, começa uma tendência de aumento dos gastos com educação. Entre 2005 e 2006 o crescimento foi 0,4 ponto percentual – o melhor da série histórica.

Entre todas as etapas da educação básica, a única que registrou aumento dos investimentos foi o ensino médio. A educação infantil, que compreende a creche e a pré-escola, permaneceu com o mesmo patamar de investimento de 2009: 0,4% do PIB.

Os dados divulgados pelo INEP deverão subsidiar as discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que está em tramitação na Câmara dos Deputados. No relatório apresentado no final de 2011, o PL prevê o aumento dos gastos em educação até que se atinja 7% do PIB no prazo de dez anos – um incremento de 1,9 ponto percentual em relação ao patamar atual.

Este é o ponto mais polêmico do projeto que deveria ter sido aprovado no fim do ano passado, mas teve a votação adiada porque não houve consenso sobre a meta de investimento. Entidades da área de educação e movimentos sociais pressionam para que a meta seja ampliada para 10% do PIB.

Para a União Nacional dos Estudantes, o percentual de investimento em educação em relação ao PIB é o ponto crítico do novo PNE. De acordo com Daniel Iliescu, presidente da entidade, “os 7% de investimentos reais e diretos propostos pelo governo federal, já que o número chega a 8% quando incluídas as despesas previdenciárias do setor, não contemplam a demanda histórica do movimento educacional pela expansão e democratização



O relatório apresentado não versou sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação – tema central e principal deliberação da CONAE.

da educação pública, fim do analfabetismo, mais políticas de assistência estudantil, melhores salários e valorização da carreira do professor”.

Segundo o dirigente, o movimento estudantil mostra certa decepção também com relação à regulamentação do ensino superior privado, principalmente, no que se refere a implantação de mecanismos que impeçam o avanço do capital estrangeiro sobre essas instituições, garantindo a soberania do ensino no país. “É necessário ainda que o PNE avance ao propor instrumentos que regulamentem a qualidade do ensino nas universidades privadas, estipulando meta específica, por exemplo, para o número de professores mestres e dou-

tores e obrigatoriedade de mais investimentos em pesquisa e extensão. É preciso ainda uma lei que regule as mensalidades, para proteger o aluno de aumentos abusivos”, pontua Iliescu.

“A expectativa agora é voltar com carga total de pressão este ano e garantir mais avanços ao PNE. Para nós essa é batalha histórica a ser travada dentro do Congresso Nacional. Vamos com tudo em defesa da aprovação imediata do PNE. Esta é uma oportunidade de garantir uma mudança expressiva e ousada na educação e, para isso, seguimos na pressão”.

Além da questão do financiamento, a CONTEE destaca ainda que o relatório apresentado não versou sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação – tema central e principal deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE). A CONTEE centralizou defesa da bandeira do Sistema Nacional de Educação no PNE, lançando campanha específica sobre o tema, por entender que a instituição do Sistema seria essencial para a necessária regulamentação do setor privado, bem como forma efetiva de garantir a qualidade da educação. Entretanto, a questão não foi contemplada no substitutivo.

Outro ponto de grande preocupação da Confederação refere-se à proposta de cálculo do investimento público no novo PNE. O relatório muda o parâmetro de análise do cumprimento da meta de aplicação no setor: de “investimento

público” em educação para “investimento público total”. Este inclui mais valores em sua soma, como as verbas destinadas a bolsas de estudo e financiamento estudantil, ou seja, transferências de verbas do setor público para o privado.

De acordo com a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, “a CONTEE vê com preocupação os encaminhamentos do novo PNE e está mobilizada para que as emendas elaboradas pelas entidades nacionais de educação sejam incorporadas ao PL”.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, lamenta o fato de a Câmara dos Deputados não ter concluído a votação do novo PNE em 2011. “Além de não absorver muitas das contribuições da CONAE, apresentadas através de emendas das entidades educacionais e sociais, o atraso na votação posterga a implantação do PNE e também emperra a constituição dos planos estaduais e municipais, que deverão ser aprovados, pelos parlamentos locais, até um ano depois de o Congresso Nacional deliberar sobre o texto de referência nacional”, destaca o presidente da CNTE, Roberto Leão.

Ipea sugere mudanças na estrutura tributária e recursos do Pré-Sal para aumentar investimentos na educação

De acordo com estudo lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) o atual patamar de investimento em educação – 5% do PIB – é insuficiente para melhorar os indicadores educacionais. O instituto enumera possíveis novas fontes de recursos para ampliar os gastos em educação, entre elas, mudanças na estrutura tributária, captação de recursos em agências de fomento nacionais e internacionais e melhoria da gestão dos investimentos.

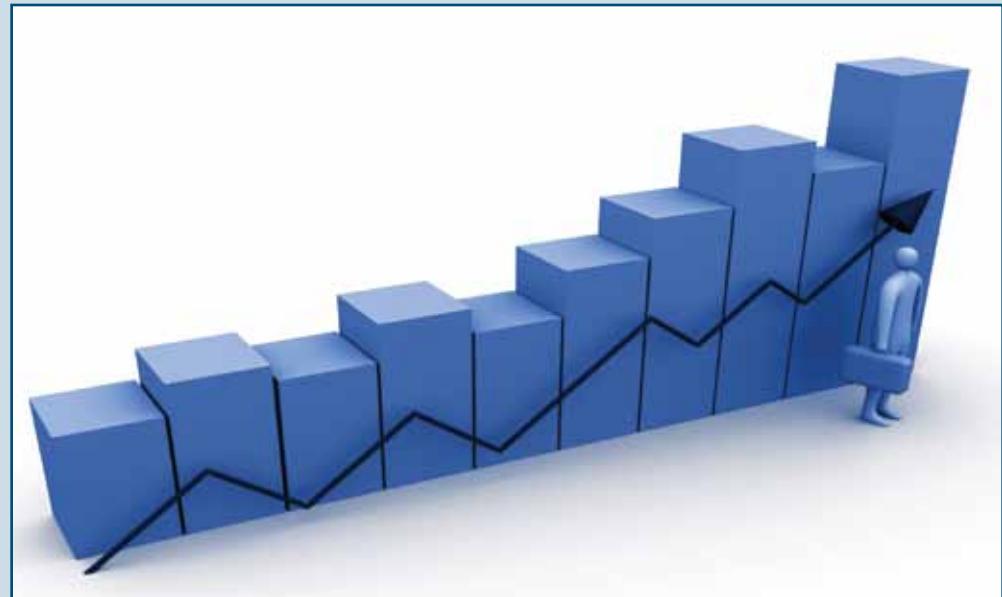
Para o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, o sistema tributário brasileiro ainda é muito regressivo – os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos em relação à sua renda. O relatório sugere que haja uma revisão de algumas taxas de arrecadação como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou o Imposto de Grande Fortunas (IGT). “Nós temos uma contribuição dos tributos que nos daria uma alternativa de ampliação dos recursos que poderiam ser direcionados para a educação”, defendeu Pochmann.

Outra fonte para ampliar a verba destinada à educação poderia vir

dos recursos que serão obtidos com a exploração da camada do Pré-Sal. Para Pochmann, o debate sobre os royalties do Pré-Sal ainda é “malfeito” e se trata de mera disputa por apropriação dos recursos públicos. “Os estados e municípios que hoje recebem os royalties do petróleo não são os que apresentam os melhores indicadores sociais”, apontou.

O estudo do Ipea, entretanto, não indica qual seria o investimento mínimo necessário para melhorar a qualidade do ensino. “É uma decisão de natureza política a definição de um parâmetro de quanto deve ser gasto pela educação. Nós entendemos que não cabe ao Ipea a definição de um número, mas a identificação da escassez de recursos para poder atender os requisitos educacionais no início do século 21 e, ao mesmo tempo, a identificação de que há fontes para financiar a ampliação dos recursos”, argumentou Pochmann.

Fonte: Agência Brasil



“A CONTEE está mobilizada para que as emendas elaboradas pelas entidades nacionais de educação sejam incorporadas ao PL.” – Madalena Guasco Peixoto

A CNTE considera ainda que falta ao substitutivo: prever o alcance de 10% do PIB para o financiamento da educação pública, até que se revertam os efeitos da dívida educacional no país; apontar as estratégias para a formação do sistema nacional de educação; induzir o debate sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), a fim de torná-lo uma referência para a qualidade social da educação; vincular o piso nacional do magistério à estratégia 17, que trata da valorização salarial da categoria; além de outros ajustes com vistas a reforçar o compromisso do Estado brasileiro para com a oferta educacional de qualidade, com equidade, para todos e em todos os níveis, etapas e modalidades.

Roberto Leão manifesta preocupação quanto à tramitação do Projeto, que ainda deverá ser apreciado pelo Senado Federal. “Espera-se que o Senado promova um debate profícuo, neste primeiro semestre de 2012, a fim de melhorar e preencher as possíveis lacunas deixadas pela Câmara, porém, que seja garantida a conclusão das votações antes do recesso de julho, haja vista que no segundo semestre ocorrerão eleições municipais”.

A expectativa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é de que o novo PNE seja aprovado na Câmara dos Deputados até maio e no Senado Federal até julho, tendo concluída sua tramitação na Câmara até dezembro. “É um calendário factível, mas para isso é preciso termos um bom PNE. Caso contrário, esse calendário não conseguirá ser executado”, acredita Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha.

Para Cara, o PNE precisa ter metas intermediárias, avançar em mecanismos de controle social e ter um patamar de investimento público em educação pública adequado. “Nós calculamos que esse patamar necessita ser equivalente a 10% do PIB. Espero que no Senado Federal, que é a Casa Federativa, exista um forte compromisso com a distribuição de responsabilidades de investimento entre os entes federados. A União arrecada muito e investe muito pouco em educação”, conclui. **C**

Diminui participação do governo federal nos gastos públicos em educação

Também de acordo com estudo do IPEA, nos últimos 15 anos, diminuiu a participação do governo federal no gasto público em educação. Em 1995, a União era responsável por 23,8% dos investimentos na área, patamar que caiu para 19,7% em 2009. Já os municípios ampliaram a sua participação no financiamento de 27,9% para 39,1% no mesmo período.

A parcela estadual no total de investimento também caiu de 48,3% para 41,2%, considerando o mesmo período. O estudo ressalta, entretanto, que os dados não significam que a aplicação de recursos em educação tenha diminuído, já que, em termos absolutos, houve aumento dos investimentos públicos em educação nas três esferas de governo.

De acordo com o documento, a mudança na dinâmica do financiamento, com crescimento dos gastos municipais, é resultado do próprio regime de colaboração que estrutura a oferta educação. Municípios são os responsáveis pelas matrículas de toda a educação infantil e o ensino fundamental, etapas em que houve grande inclusão de alunos nas últimas décadas. Os estados respondem apenas pelas escolas de ensino médio. Por isso a maior conta fica mesmo com as prefeituras.

O relatório destaca que houve uma ampliação real do gasto em educação pelas três esferas de governo entre 1995 e 2009, saindo de R\$ 73,5 bilhões para R\$ 161,2 bilhões, um crescimento de 119,4% em 15 anos. O estudo ressalta, entretanto, que entre 1995 e 2005 não houve elevação dos gastos em educação. A expansão dos recursos deu-se, portanto, entre 2006 e 2009.

Atualmente, 18% da receita de impostos arrecadados pela União são vinculados à educação – o instituto sugere que esse percentual seja ampliado para 20%. Já os municípios são obrigados a aplicar 25% da arrecadação na área, patamar que poderia ser ampliado para 30%. Segundo o Ipea, a mudança criará um adicional de 0,7% do PIB em investimentos na área.

Fonte: Agência Brasil

Com Lula e Dilma, conferências explodem. Mas dão resultado?

Renato Araújo/ABr

Dois terços das conferências sobre temas como assistência social, gays e juventude, já realizadas no país, ocorreram a partir de 2003. Em 2011, dois milhões participaram de oito encontros, e mais seis já estão programados para 2012. Ativistas defendem modelo, mas reclamam que governo não cumpre decisões. Secretaria Geral da Presidência diz que há resultados concretos.



A exemplo do ex-presidente Lula, o governo Dilma tem incentivado a realização de conferências nacionais como espaços privilegiados de diálogo com a sociedade na construção de políticas públicas. Em 2011, foram oito (saúde, gays, juventude, mulheres, assistência social, idosos, segurança alimentar e arranjos produtivos), com uma participação estimada de dois milhões de pessoas. Para 2012, já estão convocadas outras seis (veja box).

Dois terços de todas as conferências já ocorridas no país desde a primeira delas, sobre saúde, em 1941, ocorreram de 2003 em diante. “Mais do que uma marca dos governos Lula e Dilma, nós queremos que as conferências se tornem políticas de Estado”, afirma o diretor de Participação Popular da Secretaria-Geral da Presidência da República, Pedro Pontual.

Se os números mostram que, ao menos em termos quantitativos, não falta debate, as opiniões dividem-se sobre a influência efetiva das conferências nas decisões de governo e nas políticas públicas. Apesar de defenderem-nas como forma de ação popular, militantes reclamam do que seria interferência dos governos nas discussões e da falta de compromisso deles em viabilizar as propostas aprovadas.

Membro do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS),

Dois terços de todas as conferências do país ocorreram de 2003 em diante.

Calendário 2012 de conferências nacionais traz temas inéditos

O governo vai realizar ao menos seis conferências nacionais este ano, três delas inéditas. Três já começaram, com etapas municipais em andamento: sobre Emprego e Trabalho Decente e sobre Transparência e Controle Social, nunca antes realizadas e ambas programadas para maio, e sobre Criança e Adolescente, em julho. Outras três estão previstas para o segundo semestre: Brasileiros no Mundo, Desenvolvimento Rural Sustentável e Turismo.

Para o diretor de Participação Popular da Secretaria Geral da Presidência da República, Pedro Pontual, a grande novidade, será a

Conferência Brasileiros no Mundo, uma tentativa de reunir representantes de cidadãos que vivem em diferentes partes do mundo. “O objetivo é discutir quais tipos de políticas públicas esses migrantes esperam que o governo possa implantar para favorecê-los”, explica.

Fonte: Carta Maior (por Najla Passos), com informações da redação.

O projeto de lei do novo PNE deixou de fora questões fundamentais, entre elas, a criação do Sistema Nacional Articulado de Educação – tema da CONAE.

Maurílio Castro de Matos, professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), participou dos encontros de saúde, assistência social e LGBT. Para ele, as conferências são o melhor espaço de debates sobre política social “num país onde o conhecimento sempre foi das elites”. Defende, porém, que os governos respeitem as suas deliberações. “Democracia é uma construção coletiva”, diz.

A primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), promovida em dezembro de 2009, ilustra a falta de efetividade. O encontro aprovou, entre outras coisas, que deveria haver um novo marco regulatório das comunicações, mas dois anos depois, o assunto continua sendo discutido internamente no governo.

Mais recentemente, entre novembro e dezembro, a XIV Conferência Nacional de Saúde deu outro bom exemplo de impossibilidade de interferir na realidade – ainda

Entidades lutam pela implementação das deliberações da CONAE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino participou intensamente da primeira e histórica Conferência Nacional de Educação, realizada em Brasília-DF, entre 28 de março e 1º de abril de 2010. A atividade envolveu mais de um milhão de pessoas, entre as etapas preparatórias e a nacional, que debateu e aprovou importantes diretrizes para a educação brasileira.

A discussão sobre a criação do novo Plano Nacional de Educação foi um dos principais objetivos da CONAE. Ao final de 2010, o projeto de lei para criação do novo PNE foi encaminhado pelo Executivo para o Congresso Nacional e em alguns pontos refletiu os debates da CONAE, porém deixou de fora questões fundamentais, entre elas, a criação do Sistema Nacional Articulado de Educação – tema da CONAE.

Por conta disso, a CONTEE criou em 2011 uma campanha específica, reivindicando a inclusão do Sistema no novo PNE – a fim de garantir que uma das mais importantes deliberações da CONAE seja efetivada como política pública educacional.

mais contra uma posição do governo. O encontro defendeu que o governo federal fosse obrigado a investir em saúde 10% do que arrecada. O Senado estava votando um projeto sobre isso, e não aprovou a vinculação, por resistência do governo.

Autora de vasta obra sobre controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), a professora Maria Valéria Correia, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) avalia que as conferências, assim como os conselhos, são espaços importantes, mas insuficientes, para a garantia da participação popular.

“São contraditórios, podem apenas legitimar gestões e



serem espaços de cooptação dos movimentos sociais”, diz Maria Valéria. “Mas, a depender da correlação de forças, podem reverter o que está posto.”

Duas vezes presidente do Conselho Nacional de Saúde e atual representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no órgão, Francisco Júnior acredita que a sociedade ainda enfrenta limites de participação e legitimação dos debates, sobretudo nos pequenos municípios, “produto de toda uma cultura autoritária, centralizadora e que tem na impunidade seu grande instrumento de sustentação política e jurídica”.

Defensor entusiástico das conferências, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, que participou da Conferência Nacional da Juventude em 2011, acredita que o descontentamento de parte da militância mostra uma certa incompreensão sobre o papel delas.

“Elas acumulam opiniões, aproximam os atores, mas depois é preciso pressionar o governo para que as políticas sejam efetivadas. E, para isso, o maior instrumento ainda é a pressão das ruas”, diz.

Pedro Pontual, da Secretaria Geral da Presidência, reconhece que o modelo das conferências precisa ser aprimorado, principalmente nas formas de comunicação dos seus

resultados com a sociedade que, muitas vezes, não entende sua importância.

Segundo ele, o governo não se intimida com as críticas, porque este é também o papel dos espaços democráticos: permitir que a população acompanhe e avalie as políticas públicas. Mas insiste que as conferências significam uma forma de diálogo planejado e sistemático com a sociedade. E que elas produzem, sim, resultados.

“Historicamente, foram nas conferências e nos conselhos que se gestaram as principais políticas públicas brasileiras, como o Sistema Único de Saúde [SUS], o Sistema Único de Assistência Social [SUAS] e a Lei Orgânica de Assistência Social [LOAS]”, diz. **c**

Planos de *carreiras*

Por J.S.Faro*



Recolo de uma dissertação de mestrado de cuja avaliação participei recentemente um caminho interessante para analisar uma das práticas mais recorrentes adotadas por muitas empresas privadas de ensino superior que atuam no Brasil: o esvaziamento do significado de diversos conceitos que elas usam para legitimar uma existência totalmente divorciada daquilo que efetivamente fazem [1]. Tudo se dá através de uma persistência discursiva que preenche todos os espaços nos quais é preciso que essas entidades regulamentem sua existência: nas esferas governamental, econômica, institucional, acadêmico-científica e profissional. Em cada uma dessas instâncias, o ensino privado construiu um conjunto de termos com os quais esgrime na sociedade suas razões de ser, mas em cuja essência, bem vistas as coisas tal como elas são, há um vazio de sentidos pois que o setor não faz nada daquilo que diz fazer. Os empresários do ensino superior privado não mentem, mas difarçam a verdade. Para um linguista, esses termos dessa persistência discursiva passam a ser significantes vazios[2], isto é, “ao longo do tempo foram sendo preenchidos por múltiplos significados até perderem a

capacidade de se referenciarem a um significado específico” (Pádua, op.cit, p. 31).

Exemplifico com a referência ao conceito de autonomia universitária, provavelmente o mais representativo da natureza da própria Universidade já que seu significado original diz respeito ao espaço de absoluta liberdade de pensamento que as práticas do ensino e da pesquisa científica necessitam para que possam atingir seus objetivos: a revelação do conhecimento desobstruída da ingerência de qualquer autoridade. Certamente, a origem da autonomia universitária deve estar situada em algum momento do fim da Idade Média, avançou pelo Renascimento, manteve-se com o desenvolvimento da Ciência ao longo séculos XVII, XVIII e XIX, intensificou-se no século XX, mas enfrentou a Inquisição, o Absolutismo, o obscurantismo conservador cristão, o fascismo... Eis aí, portanto, o significado central do conceito da autonomia universitária: trata-se de uma ideia emancipadora que permitiu o desenvolvimento dessas duas formas articuladas de existência da academia na contra-mão da regulação autoritária: o ensino e a pesquisa.

No entanto, quando aproximamos o foco sobre o entendimento que esse mesmo conceito (ou significante) tem no Brasil atual, percebemos que ele fica turvo, deixa de ter a mesma nitidez com a qual é possível demonstrar sua essência ao longo do tempo. Aqui, mesmo depois da autonomia universitária ter sido uma demanda das mais importantes no processo de democratização posterior a 1980, mesmo depois de ter sido incorporada à própria Constituição como um dos valores da nova etapa da história brasileira, nas mãos dos empresários do ensino, ela perdeu o seu significado original: transformou-se numa espécie de prática discursiva que oculta o seu contrário: uma determinação empresarial desobediente de qualquer norma reguladora escondida justamente sob aquilo que a autonomia universitária tem de mais virtuoso. Poucas coisas na universidade privada escaparam desse paradoxo: da organização dos cursos aos regimes de gestão empresarial e do trabalho docente. É a regulação autoritária do capital usando o conceito de autonomia universitária para manter seu controle; portanto, nada mais esvaziado de sentido do que a sua defesa.

A pergunta que decorre dessa descrição é quase imediata: quais as razões desse bem-sucedido empreendimento que se coloca, no quadro geral da sociedade brasileira,

acima de determinações legais comuns a quaisquer outros, inclusive o mais corriqueiro compromisso de natureza fiscal? A resposta não é simples, mas pode ser encontrada na raiz do modelo que os sucessivos governos que se seguiram à ditadura militar adotaram para solucionar o gargalo em que a oferta de vagas no ensino superior havia se transformado.

A ideia de substituir o papel do Estado no setor universitário pela abertura ao investimento privado acabou por constituir e consolidar um segmento empresarial (à margem das instituições universitárias privadas tradicionais de perfil fundacional, confessional ou comunitário ou tudo isso junto) cujo poder advém não apenas de seu gigantismo econômico-financeiro, mas também dos elementos simbólicos que o investimento em Educação sempre associa aos seus protagonistas.

Particularmente, penso que quando os organismos reguladores do Estado se deram conta de que a sociedade brasileira havia se tornado refém de um processo que retira de suas mãos – aí sim – a autonomia para a formulação de um projeto de Universidade compatível com suas necessidades de desenvolvimento – quando se deram conta disso, já era tarde demais. Um lobby poderoso havia se incrustado em todos os níveis da administração, do parlamento, do complexo midiático, dos conselhos responsáveis pela normatização das escolas, com a disposição de defender esses interesses privados que não são socialmente vistos como tal... justamente o paradoxo de onde retiram sua empatia pública [3].

Portanto, o crescimento, a expansão e a consolidação dos interesses privados na educação superior brasileira andou em paralelo às práticas condescendentes com o arbítrio do capital. É uma etapa curiosa da história recente porque nem mesmo projetos considerados progressistas em diversos setores conseguiram manter sua integridade, mais ou menos na linha de uma “governabilidade” geral bem ao estilo dos variados níveis de conciliação política que ocuparam o cenário nacional desde 1985. Nesse sentido, as chamadas práticas “neoliberais” tornaram-se transversais em cada uma das rationalidades sobre as quais o macro-sistema funciona: a econômica, a ideológica, a educacional, a jurídica, a midiática... de maneira que o seu questionamento ético ou social acabou atropelado até naqueles núcleos de extração socialista onde essa análise tinha mais consistência.

Penso que um dos melhores casos que pode exemplificar essa vaga geral de esvaziamento do significado da autonomia universitária são os Planos de Carreira (PCs). Faço

referência aqui à reflexão de Richard Sennett sobre o conceito, quando o relaciona com a conjuntura geral de flexibilização do trabalho que vigora desde meados dos anos 90 em todo o sistema capitalista. Diz ele:

Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. “Carreira”, por exemplo, significava originalmente, na língua inglesa, uma estrada de carruagens e, como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “job” [serviço, emprego], em inglês do século quatorze, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para outro. A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de job, na medida em que as pessoas fazem blocos, parte de trabalho, no curso de uma vida[4].

A citação de Sennett vem a propósito de uma suspeita: o que estaria levando as instituições de ensino superior privadas a mexer com frequência e em tão curtos períodos de tempo nos PCs com os quais documentam e instruem seus Planos de

Desenvolvimento Institucional (PDIs) junto aos órgãos fiscalizadores do MEC? Aparentemente, trata-se de uma providência que visa ao aperfeiçoamento da atividade docente, já que é a própria legislação (a Constituição, a LDB e as normas que regulam o setor [5]) que faz referência aos PCs como instrumentos de valorização dos professores. Observadas de perto, no entanto, todas as alterações analisadas pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP) tiveram invariavelmente um triplo objetivo: 1) desestruturar ou colocar “em extinção” os PCs existentes anteriormente; 2) ampliar e diferenciar o número e a característica dos obstáculos que os professores precisam vencer para alcançar níveis mais altos e mais reconhecidos em sua vida acadêmica; 3) introduzir novas e mais baixas referências salariais para cada um dos estágios reformulados dos PCs.

Dessa forma, a prática adotada é uma violência contra a ideia de valorização da atividade docente já que sua operacionalização tem como reflexo “zerar” as recompensas simbólicas e materiais instituídas num determinado momento da carreira, substituindo-as por um novo ordenamento cujo efeito desestabiliza a atividade em nome de cuja valorização os PCs devem ser pensados.

A carreira docente, portanto, deixa de ser vista e respeitada pela instituição particular de ensino pela sua afirmação, já que a vida universitária requer de seus quadros uma atividade que se desenvolve na perspectiva do tempo, de forma ininterrupta e progressiva, de acordo com critérios objetivos e mensuráveis de antiguidade e de titulação/mérito/produção, conjunto de compromissos que agregam valor às atividades desenvolvidas pela instituição e em troca das quais o docente recebe reconhecimento simbólico e material.

Os PCs, portanto, têm duas características incontornáveis: eles são marcados por sua regularidade e por seu regramento ascensional – dois elementos essenciais para o desenvolvimento do trabalho do professor [6]. Quando introduzem as 3 variáveis apontadas acima – todas inspiradas na sua racionalidade financeira – as escolas particulares pensam os PCs a partir da negação de sua necessidade para a vida acadêmica. O resultado é pior possível: ter um PC nessas circunstâncias é o mesmo que não o ter, motivo pelo qual os significados de sua existência, de todo o conjunto de termos que o caracterizam, das diversas atribuições que são feitas a cada uma das etapas que o constituem, não passam de formalismos esvaziados de seu significado, ainda que correspondam ao atendimento das normas legais – que cada vez mais se parecem com critérios que existem justamente para que os próprios critérios deixem de atender aos objetivos para os quais foram fixados.

No entanto, essa permanente alteração nas regras do jogo, para usar um lugar comum que define com alguma propriedade um disfarce para mudanças que afetam de forma sorrateira o contrato de trabalho dos professores, não se esgota no seu formalismo; ela representa para o professor um estado permanente de suspensão uma vez que as mudanças fazem sua ascensão profissional se assemelhar a uma corrida de obstáculos ou a um jogo mais parecido com uma gincana.

Os PCs, contudo, não são uma abstração por conta dessa dimensão ilegal e inconstitucional que adquirem nas mãos dos gestores do ensino superior privado. Eles são também incongruentes diante da realidade acadêmica contemporânea, já que são concebidos a partir de uma nomenclatura cujos artifícios burocráticos os afastam da relação que cada um dos seus estágios deve ter com as atividades efetivamente desenvolvidas pelos professores. O modelo clássico dos PCs existentes são ainda uma herança anacrônica da Universidade pública

dos tempos dos professores catedráticos. Os vários níveis da carreira eram então – e ainda o são – concebidos a partir da capacidade de nucleação que esses docentes desempenhavam nos diversos campos e especialidades do conhecimento, quase um departamento para cada catedrático. Em torno desse professor – que tinha nessa condição um cargo e não um título – organizavam-se docentes que criavam em torno da sua figura patriarcal um verdadeiro nicho: assistentes (do catedrático), auxiliares (do catedrático), associados (do catedrático). O fim das cátedras viu o aparecimento dos professores titulares, que já não se confundem mais com a hierarquia do departamento, mas com a competência e especialidade numa determinada sub-área do conhecimento, o que significa dizer que a corte dos assistentes, dos auxiliares e dos associados na prática também se extinguiu. Nominar esses docentes pelos rótulos antigos, portanto, significa estabelecer uma zona confusa e insegura na carreira docente. Afinal, o que é exatamente ser um professor auxiliar? Auxiliar de quem? Associado ao quê ou a quem?

A universidade de agora exige um PC que reconheça nos níveis que ele estipula o conjunto de atividades que o professor desenvolve a partir de seus méritos e competências tituladas.

Não há professores auxiliares ou assistentes, mas docentes e pesquisadores distribuídos pelos vários níveis de complexidade em que se organiza a vida universitária (de forma regular e ascensional, para reiterar a coerência entre o que está sendo dito aqui e as afirmações feitas nos parágrafos anteriores). Um exemplo: a docência será atribuída ao professor nível I, na hipótese de que seja um especialista, mas sem a responsabilidade de produzir um plano de ensino, embora tenha sob suas mãos a co-orientação de TCCs e de monografias de IC. Ao professor nível II, mestre, a co-participação nas atividades de planejamento de cursos e orientação de TCCs, mas não de IC. São apenas exemplos que demonstram como a organização da vida docente na instituição acompanha a concretude do trabalho que se desenvolve de acordo com cada instituição e não a abstração burocrática genérica tal como tem sido observada atualmente.

Por último: os PCs têm duas dimensões claramente definidas. São um instrumento acadêmico: definem competências relacionando-as com qualificações, distribuem os níveis de competências e qualificações em torno dos critérios de tempo e de titulação de forma regular e ascensional e distinguem os vários níveis de complexidade da ministração e da produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, são um instrumento de dimensão trabalhista porque instituem um regramento operacional e salarial para cada um dos seus integrantes na medida da distribuição dos professores pela malha de atribuições existentes na Universidade. Penso que é possível uma distinção formal entre essas duas dimensões: a especificidade da primeira – que é da órbita do MEC; a especificidade da segunda – que é da órbita da DRT; de a tal forma que um PC tenha como seu complemento (e não como uma parte integrante) o Plano de Cargos e Salários que estipule e especifique valores das funções docentes e dos cargos que ocupam.

Diante dos PCs, dessa forma, a Universidade não tem qualquer espécie de autonomia. Em primeiro lugar, do ponto de vista acadêmico não pode contrariar as normas legais que os exigem como instrumento de valorização da docência. Se os usa como subterfúgio para reduzir custos operacionais com a sua folha de pagamentos, inventando uma parafernália artificial de obstáculos que funcionam como um desestímulo para os docentes, faz exatamente o oposto do que prevê a legislação, inclusive dispositi-

vo constitucional específico sobre o assunto.

Em segundo lugar, do ponto de vista trabalhista, uma vez especificado o plano de salários e vantagens relativos aos diversos níveis da carreira docente, a manipulação (para baixo) de valores sob o pretexto de reenquadramento dos docentes em novos PCs não só não têm qualquer relação com autonomia universitária como confronta diretamente a proibição da redução salarial prevista na legislação.

Esses são os motivos pelos quais defendo a tese de que as mudanças arbitrárias promovidas nos PCs pelas empresas privadas de educação superior sejam, todas elas, questionadas em sua constitucionalidade diretamente no Supremo Tribunal Federal, já que não há informação de que alguma delas tenha agido para consolidar ou resgatar o significado da carreira acadêmica como parte inseparável de uma universidade comprometida com a natureza de seus objetivos. Nessa questão, superar o esvaziamento semântico da docência universitária como resultado das sucessivas investidas que vem sofrendo poderá ter o melhor dos resultados: colocar as coisas no devido lugar e restaurar nelas o seu verdadeiro significado. **c**

Sugestões de leitura:

A expansão do ensino superior privado na década de 90. Madalena Guasco Peixoto:

http://www.apropucsp.org.br/revista/r14_r03.htm

Trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior. Clarice da Costa Carvalho:

<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/carvalho.pdf>

Irregularidades em planos de carreira mobilizam professores. Luiz Antonio Barbagli:

<http://sinprosasco.org.br/noticias/irregularidades-em-planos-de-carreira-mobilizam-professores-165>

Plano de carreira, uma questão estratégica. Marcos Fuhr:

<http://www.sinpro-rs.org.br/arquivo/planosdecarreira/index.asp>

[1] Gesner Duarte Pádua. O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas *Veja* e *Manchete*. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP em outubro de 2011.

[2] O autor da dissertação referida cita a obra de Ernesto Laclau (*Emancipación y diferencia*, Buenos Aires: Ariel, 1996) em apoio a essa análise.

[3] É interessante observar, nesse sentido, o que aconteceu com o projeto de reforma universitária apresentado pelo atual governador do RGS, Tarso Genro, quando de sua passagem pelo MEC: a campanha de desqualificação da proposta somou-se à campanha de desmoralização do então ministro e o resultado foi o que se viu: não só a desfiguração do projeto na medida em que sua discussão se adensava, mas o seu esquecimento puro e simples. E o projeto nem era radical como se alardeou; apenas tentava “moralizar” o setor... foi o quanto bastou.

[4] Richard Sennett. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Editora Record, 2010.

[5] A exigência dos PCs aparece no capítulo III, seção I, artigo 206, item 5, da Constituição Federal de 1988. Além disso, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e no Decreto 5773, de 2006, que o considera parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sem o qual as faculdades, os centros universitários e as universidades nem se credenciam nem se recredenciam junto aos órgãos federais.

[6] O mesmo Sennett, na obra citada, quando investe contra a flexibilização do trabalho promovida pelo novo capitalismo faz referência à necessidade da repetição como instrumento de aperfeiçoamento, razão que me leva a acreditar que a regularidade da docência e da pesquisa são dois pressupostos de PCs coerentes com a vida acadêmica. Essa percepção confronta a tese, admitida até mesmo entre os professores, de que há atividades letivas que, por sua natureza esporádica (cursos modulares, por exemplo), prestam-se a contratos temporários situados fora da carreira regular. Particularmente, vejo nisso um ameaça extraordinária para os docentes universitários, levando em conta que a filosofia da desregulamentação que atravessa todos os setores (a) de atividade abrange também a perspectiva de que os cursos universitários sejam, todos eles, modulares. Cursos modulares, professores esporádicos... novas construções discursivas ao lado do esvaziamento de outras...



*Professor da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Consultor da CAPES e da FAPESP. Membro da diretoria do SINPRO-SP.

“Se não fosse a blogosfera o livro não existiria”

O premiado jornalista mineiro, Amaury Ribeiro Jr., autor do bombástico livro “A Privataria Tucana”, falou com exclusividade para a Revista CONTEÚDO sobre as denúncias de propina e lavagem de dinheiro envolvendo as transações do processo de privatização de estatais durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. O personagem principal desta história é José Serra.



Como começou a sua pesquisa para escrever o livro “A Privataria Tucana”? Foram 12 anos de apuração, é isso?

Amaury Ribeiro Jr. – Justamente. O caminho foi tentar mapear esse dinheiro das privatizações, o que a gente acabou conseguindo. Pessoas do alto tucanato, que pilotaram o processo de privatização, receberam dinheiro no exterior, em paraísos fiscais, de pessoas que ganharam os processos (de privatizações), principalmente das empresas de telecomunicações e das empresas do setor elétrico.

A maioria dos documentos que você apresenta no livro é originado da CPI do Banestado?

Amaury Ribeiro Jr. – Uma parte é da CPI do Banestado, em função de um processo de “exceção da verdade”. O Ricardo Sergio (de Oliveira) me processou e eu entrei na Justiça dizendo que tudo o que eu estava falando era verdade e que a Justiça tinha que me dar os documentos que a CPI do Banestado estava respondendo. Aí o juiz determinou que a CPI entregasse todos os documentos que dissessem a respeito dos pagamentos das propinas, principalmente, ao Ricardo Sergio e ao alto tucanato, no processo da privatização das empresas de

"O livro mapeia o dinheiro da propina das privatizações".



Fotos: Divulgação e Ramiro Furquim

telecomunicações. Mas há outros documentos também de paraísos fiscais, de cartórios de títulos e documentos, que mostram justamente os processos de internação de dinheiro.

Eles criavam empresas de fachada em paraísos fiscais para trazer de volta todo o dinheiro que saiu irregularmente por um grupo de doleiros. O livro, basicamente, apesar de tratar de vários assuntos, mapeia o dinheiro da propina das privatizações.

Como se dava, resumidamente, o processo de cobrança de propina e a posterior lavagem e internação do dinheiro desviado nas privatizações?

Amaury Ribeiro Jr. – Primeiro: como eles conseguiam controlar e manipular o processo das privatizações? O Ricardo Sergio de Oliveira, ex-tesoureiro de campanha do PSDB, do Fernando Henrique (Cardoso) e do (José) Serra, recebeu a função de ser o artesão do processo dos consórcios das privatizações. Como ele conseguia definir quem ia ganhar? A maior parte das empresas não tinha dinheiro e ele controlava a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que é o fundo de pensões do Banco do Brasil. Ele manipulava pela Previ Brasil. O Grupo que a Previ fosse iria ganhar. Aí eu mapeei que os consórcios que ele manipulou, e que ganharam (o processo de privatização), pagaram para esse mesmo Ricardo Sergio propina no exterior.

Na Bahia, por exemplo, o processo (de privatização) da Coelba (Companhia de Energia da Bahia) foi vencido por um consórcio espanhol, que tinha como lobby o primo do (José) Serra, o Gregório Marin Preciado. Depois a gente mapeou, pelos documentos da CPI do Banestado,

o Preciado pagando propina para o Ricardo Sergio em paraíso fiscal.

Tinha também um processo de internação do dinheiro. O dinheiro saía numa rede de doleiros do Banestado, caia sempre no mesmo escritório de lavagem de dinheiro nas Ilhas Virgens Britânicas, o Citco (Bulding). Eles nomeavam uma offshore e aí simulavam que essas offshores tornavam-se sócias das empresas deles no Brasil. E toda vez que eles queriam trazer o dinheiro, eles aumentam o capital da empresa no Brasil e diziam que quem estava investindo era sua sócia no exterior, que na verdade eram eles mesmos. E assim eles conseguiam trazer o dinheiro dos paraísos fiscais.

Qual a ligação desse esquema com José Serra?

Amaury Ribeiro Jr. – Todas as pessoas envolvidas estão ligadas a José Serra. O cara que articulava

"Todas as pessoas envolvidas"

era tesoureiro de campanha dele, tem a filha, o genro e o primo. São pessoas próximas a ele que estão dos dois lados das transações: pagando propina ou recebendo.

A que você atribui o fato da grande mídia não noticiar as denúncias gravíssimas que seu livro apresenta?

Amaury Ribeiro Jr. – A grande imprensa foi beneficiada pelo processo de privatizações. Eles eram parceiros, defendem isso aí. Muitos deles foram beneficiados, tentaram entrar em consórcios, são sócios de empresas de telecomunicações. Isso é uma fase que a gente vai explorar e explicar futuramente. Eles tinham interesse nisso. O processo das privatizações beneficiou muitos grandes grupos de telecomunicações.

Você possui documentos, que não foram publicados no livro, que comprovariam a relação de alguns veículos de imprensa nos processos de privatizações?

Amaury Ribeiro Jr. – Justamente. Eu não vou dizer os nomes, pois a gente tem que esperar o momento certo para publicar. Tem uma grande revista, que todo mundo sabe que defende os tucanos, que tem um documento que comprova que ela é sócia do Daniel Dantas. Esse é um dos exemplos. Tem uma grande emissora de televisão que foi beneficiada pelo processo de privatização da Light. Isso existe mesmo e no futuro tudo isso aí vai ser mostrado.

"A grande imprensa foi beneficiada pelo processo de privatizações".

Essa relação entre os donos de veículos de comunicação que você fala seria em benefícios indiretos?

Amaury Ribeiro Jr.

– Não, são diretos. São sócios ou receberam dinheiro.

Qual o papel da blogosfera na divulgação do seu livro?

Amaury Ribeiro Jr.

– Foi fundamental, porque até então a grande imprensa manipulava tudo e a blogosfera equilibrou isso, mostrando esse lado que a grande imprensa não mostrava e conseguiu bombar e divulgar (o livro). E num segundo momento a blogosfera também movimentou a grande imprensa de alguns setores, como a Record e os grandes jornais e



estão ligadas a José Serra".

rádios do País, movidos pela blogosfera, que começaram a divulgar o livro. Até mesmo as sucursais de veículos aliados (ao tucanato) estão divulgando. Se não fosse a blogosfera o livro não existiria.

O boicote ao livro reforça a necessidade e a importância da luta pela democratização da mídia?

Amaury Ribeiro Jr. – Eu acho que a blogosfera já está fazendo esse papel. A versão deles, que antes não era contestada, hoje é contestada pela própria blogosfera. Então, o poder que a grande imprensa tinha hoje não é tão grande assim. O próprio sistema já está evoluindo por conta própria, num processo democrático.

Qual a sua expectativa em relação à CPI das privatizações?

Amaury Ribeiro Jr. – Eu acho que tudo caminha para que não aconteça. Parece que o Governo não quer. O próprio Governo achou que o livro que tinha acabado com o PSDB e esse processo de privatizações da Infraero enfraqueceu e fez ressurgir gente do PSDB, entre eles o ex-governador José Serra, que estava morto, (e foi) tirado das tumbas e das sombras. É tudo muito dinâmico. A gente não sabe muito o que está acontecendo.

Muita gente acreditou que a carreira política de José Serra estaria comprometida.

Amaury Ribeiro Jr. – E estava. Mas daí eles fazem uma privatização esquisita como essa da Infraero e isso assustou todo mundo. Infelizmente, foi isso que aconteceu. É o que eu sinto agora com o lançamento do livro, percorrendo o País.

Você foi processado por alguém após o lançamento do livro?

Amaury Ribeiro Jr. – Por ninguém. Não existe nenhum processo. Nem eu, nem a editora.



Você tem medo de alguma represália por parte dos denunciados? Foi ameaçado?

Amaury Ribeiro Jr. – Não, está tudo tranquilo. Não tem nada. Está seguindo tudo dentro da normalidade. E não tem o que acusar, porque o livro é todo documentado. E contra fatos não existem argumentos, não é? E meu tema não era político. Meu tema era mostrar questões de lavagem de dinheiro. A questão política eu faço como uma análise, mas minha preocupação sempre foi conter os avanços da lavagem de dinheiro.●

"Minha preocupação sempre foi conter os avanços da lavagem de dinheiro".



Sintep Vales defende Aumento Real

Os trabalhadores técnicos administrativos em conjunto com os professores reuniram-se no dia 13/03 para dar continuidade ao processo de negociação da campanha salarial com Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe/RS). A negociação é feita em duas câmaras separadas: uma para a Educação Básica e outra para a Educação Superior, proporcionando um maior aprofundamento do debate e a abordagem de questões específicas de cada nível de ensino.

Segundo o coordenador da Feteesul, Luis Gambim, a campanha salarial deste ano leva em conta as condições de trabalho e saúde, mas tem como foco o aumento real. “O país vem crescendo nos últimos anos e as instituições privadas de ensino se beneficiam muito com isso. É possível conceder aumento real e essa é uma exigência das nossas categorias.”

Nesta rodada de negociação, os sindicatos dos trabalhadores aprofundaram os argumentos que dão sustentação às reivindicações e apresentaram dados sistematizados pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – que comprovam o bom momento vivido pelo setor privado de ensino.

Audiência denuncia tratamento da Anhanguera aos professores

As demissões de professores da Anhanguera e o tratamento dado pela IES aos profissionais e estudantes foram denunciadas, em 08/02, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Professores, alunos e dirigentes sindicais estiveram reunidos no evento, convocado pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL).

Em dezembro, o grupo Anhanguera demitiu quase 1.600 professores, muitos deles com título de mestre ou doutor. No ABC, onde demitiu 406 profissionais, a empresa é alvo de apuração de possível monopólio pelo Ministério da Fazenda. “Quais os objetivos desse grupo estrangeiro para a educação brasileira? A faculdade não veio aqui, onde poderia mostrar o que quer para os alunos”, declarou Celso Napolitano, presidente da Fepesp.

“Primeiro, eles demitiram os titulados, depois, reduzem o valor da hora-aula e a ‘meta’ é reduzir a carga horária dos que ficaram,” desabafou Pedro Godoy, professor que atua no ABC. O relato dele foi acompanhado de outros que questionam o ‘projeto pedagógico’ das faculdades e a atuação do MEC, que tem a obrigação de fiscalizar.

Estiveram presentes representantes de pelo menos quatro regiões onde a Anhanguera atua: Guarulhos, São Paulo, Sorocaba e ABC. Somente nestas unidades, 937 docentes foram demitidos, segundo levantamento da Fepesp e sindicatos.

A demissão em massa da empresa atingiu outros estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As homologações dos demitidos nos sindicatos começam a mostrar que as dispensas atingiram muitos docentes com mestrado ou doutorado, ao contrário do que disseram os empresários do grupo educacional.

Diante das manifestações, o deputado Giannazi diz que tomará as seguintes providências: enviar requerimento de informações ao MEC que relata a gravidade da situação; levar as denúncias ao Ministério Público do Trabalho;

fazer pronunciamento no plenário da Assembleia; levar caso à Comissão de Educação; enviar denúncias para o CADE (Conselho Administrativo de Direito Econômico), do governo federal. O parlamentar não descartou a hipótese de acionar também a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. “As faculdades privadas não podem afrontar a LDB e a legislação trabalhista. Quero saber se o MEC vai lavar as mãos desta vez”, disse.

Sinpro Minas tem nova diretoria

Com 97% dos votos válidos, a Chapa 1 – Unidade dos professores: pela valorização do trabalho e educação de qualidade, encabeçada pelo atual presidente do Sinpro Minas, Gilson Reis, foi vitoriosa na eleição da diretoria e conselho fiscal para o quadriênio 2012/2016. A nova diretoria conta com renovação de 53 professores, de diversas regiões do estado.

A votação foi a maior já registrada na história do sindicato. O pleito ocorreu entre 21 e 25 de novembro, por meio de urnas nas principais escolas do estado, na sede do Sinpro Minas, em Belo Horizonte, e nas 14 regionais, além do voto eletrônico e por correspondência.

“Tivemos uma participação expressiva nessa eleição, a maior na história do sindicato. Reiteramos o nosso compromisso com a luta por melhores condições de vida e trabalho da categoria, por uma educação de qualidade e por um país com desenvolvimento, soberania e justiça social”, destacou Gilson Reis.

Mark Flores/SINPRO MINAS



Protesto de estudantes em 15 de outubro, Dia dos Professores, em Balneário Camboriú/SC. As reivindicações eram 10% do PIB para Educação, valorização dos Professores, Educação com mais qualidade, segurança nas escolas entre outras.

SAAEMG cria fundo de amparo ao associado

Preocupado em melhor assistir aos seus associados, o SAAEMG iniciou conversas com corretoras de seguros, solicitando estudos com o intuito de fazer um seguro com cobertura de todos os associados. Tal iniciativa deveria contemplar coberturas por morte acidental ou natural, invalidez total, permanente ou parcial, auxílio-funeral e auxílio-complemento salarial por afastamento previdenciário devido a auxílio-doença.

Após encaminhar relação de associados, discriminando sexo e idade, o SAAEMG recebeu propostas de seguros, cujo valor do prêmio estava além do orçamento do Sindicato, e as coberturas aquém das necessidades dos Auxiliares de Administração Escolar. Diante do impasse, a diretoria do SAAEMG resolveu discutir com a categoria, a criação de um fundo, a ser mantido com receita originada pela mensalidade dos associados ao Sindicato.

Assim, em assembleia realizada em novembro do ano passado, foi criado o Fundo de Amparo ao Associado do SAAEMG. Este terá vigência por todo o ano de 2012 e o objetivo principal é beneficiar o Auxiliar de Administração Escolar (e seus dependentes) filiado ao SAAEMG e que esteja em dia com as obrigações estatutárias.

O Fundo tem dois benefícios: o complemento de benefício previdenciário e o auxílio-funeral. O primeiro vai auxiliar, em até 30%, o valor recebido pelo INSS, cuja natureza seja exclusivamente Auxílio-Doença código 31, ou seja, trata-se do trabalhador que foi afastado do trabalho recebendo quantia inferior àquela que receberia se estivesse trabalhando. O número de pagamentos será de até três parcelas, cabendo ao associado utilizar o benefício de forma sucessiva ou alternada. Já o auxílio-funeral prevê o pagamento de até quatro salários mínimos.



SINPRO ABC inicia 2012 com nova diretoria

Os professores do ABC iniciaram o ano de 2012 com nova diretoria no SINPRO. Foram empossados os novos membros que estarão à frente do Sindicato até 2015.

A nova gestão foi escolhida pelos associados, no processo eleitoral realizado entre 24 e 29 de outubro de 2011, quando cerca de 1.940 docentes sindicalizados votaram e consagraram vencedora, com 93,30%, a chapa Unidade, Resistência e Combate. José Jorge Maggio é o novo presidente da entidade.

O Sinpro ABC conta com cerca de 3 mil associados e trabalha para defender os direitos da categoria. "Assumimos a diretoria num momento de turbulência, mas seguiremos fortes na luta", pontua Maggio. "Temos desafios em todos os segmentos e trabalharemos para que a categoria esteja sempre amparada, lutando por um mandato de unidade, resistência e combate aos desmandos patronais", finaliza o presidente.

Para a nova diretoria, as principais bandeiras de luta são melhorias na estrutura e atendimento do Sindicato, ampliar a quantidade de delegados sindicais, lutar contra todo tipo de assédio nos locais de trabalho e, principalmente, pela valorização do trabalho docente.



Sinpro-GO conquista o direito à meia entrada para os professores

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás começou o ano registrando uma importante vitória: desde o dia 31 de janeiro, os professores das escolas particulares de Goiás têm direito assegurado, por lei estadual, ao pagamento de 50% do valor cobrado para o ingresso em casas de diversões, praças desportivas e similares.

A nova lei resultou de um projeto do deputado Frederico Nascimento (PSD) que, no ano passado, acatou uma proposta do presidente do Sinpro-GO, professor Alan Francisco de Carvalho, ampliando o alcance de uma lei de 2004, até então restrita aos professores das escolas públicas.



Agora, carteirinha de identidade do professor, emitida pelo Sinpro-GO, acompanhada de um documento oficial de identificação, é definitivamente aceita nos cinemas, teatros, praças esportivas e similares.

Debate sobre excesso de trabalho será retomado em março no MPT/RS

No dia 9 de março serão retomadas as reuniões entre Sinpro/RS e Sinepe/RS, mediadas pelo Ministério Público do Trabalho, sobre a denúncia do Sindicato sobre o excesso de trabalho extraclasses a que são submetidos os professores do ensino privado. Ficou marcada para este encontro a apresentação da posição do sindicato patronal sobre as cinco proposições apresentadas pelo sindicato dos professores sobre a questão.

Na ultima audiência, realizada 9 de dezembro, o procurador do trabalho que presidiu a mesa, Rogério Uzun Fleischmann, reafirmou o direito dos professores ao descanso e propôs que sindicatos e instituições busquem uma “solução negociada”. “Caso não haja consenso, esta Casa (o MPT), por obrigação, deverá abrir inquérito e investigar a realidade das condições de trabalho nas instituições”, afirmou Fleischmann.

A primeira reunião entre o Sinpro/RS e o Sinepe/RS, mediada pelo MPT, ocorreu no dia 20 de dezembro e terminou sem consenso entre os sindicatos. No encontro, ficou definido que a demanda do Sinpro/RS continuará sendo debatida e negociada com a mediação do MPT. Da parte do Sinepe ficou o compromisso de levar a discussão para as direções das instituições de ensino antes da próxima reunião.

Cesar Fraga/Sinpro/RS



Marcos Fuhr, Diretor do Sinpro/RS, relata em audiência do MPT excesso de trabalho dos professores

Fitrae-BC

Campanha por antecipação salarial em Goiás começa vitoriosa

A campanha por antecipação salarial idealizada pela Fitrae-BC em 2011, para sua base territorial de abrangência, começou a render frutos. Os professores do Estado de Goiás, da Educação Básica e do Ensino Superior, representados pelo Sinpro-GO, tiveram com seus salários reajustados em 5%, a partir do dia 1º de fevereiro de 2012.

A antecipação do reajuste salarial resulta da decisão da Diretoria Plena da Fitrae-BC de manter a luta permanente em defesa da categoria de trabalhadores da educação da sua base de representatividade.

A estratégia da Federação, aprovada por todas as suas entidades filiadas, foi enviar um ofício aos Sindicatos patronais, em que justifica a necessidade da antecipação em virtude da desvalorização e da corrosão constante dos salários dos trabalhadores na educação. No documento é demonstrado que a valorização dos profissionais da educação é um direito previsto na Constituição Federal e que até hoje não foi reconhecido.

Esse reajuste, a título de antecipação, será objeto de compensação, na data-base, ou seja, dia 1º de maio de 2012. O Termo Aditivo, assinado pelo Sinpro-GO e pelo Sinepe, estabelece ainda que o piso salarial passa a ser de R\$ 6,82, nessa base territorial, que corresponde ao interior de Goiás, exceto Anápolis e Região, onde os professores são representados por outra entidade sindical.

Para as demais entidades de Anápolis, Distrito Federal e Tocantins, os pedidos de antecipação estão em andamento sob a orientação da Fitrae-BC.

O bonde da mercantilização *avança sem controle*



Segundo levantamento feito pela Revista Exame, as compras de Instituições de ensino superior no Brasil não devem parar em 2012. A tendência é a consolidação da concentração no setor, entre conglomerados divididos em três grupos: Anhanguera, Kroton e Estácio de Sá.

O ano 2011 registrou um volume de aquisições de instituições de ensino superior sem precedentes no Brasil. Segundo dados apurados pela Revista Exame, e publicados em janeiro, na sua edição 1008, foram 2,4 bilhões de reais investidos em 27 transações.

O processo de fusões das IES vem avançando sem qualquer critério que não o mercantil, inclusive para a entrada de capital estrangeiro no setor. A formação de conglomerados, que negociam, vendem e oferecem suas carteira de estudantes como moeda de troca e patrimônio, consolida-se. A concorrência entre os grupos é evidente e valorização profissional e a qualidade de ensino não parecem fazer diferença nesse universo.

A linguagem mercadológica é adotada de maneira absoluta, tratando de fato a educação como mercadoria. Sem constrangimento. O compra e ven-

da de instituições, as fusões, aquisições, as aberturas e fechamentos de cursos, as demissões de professores e funcionários, a qualidade de formação dos estudantes não fazem parte das discussões de parte dos envolvidos nas negociações do setor educacional superior privado brasileiro — como se não estivessem em jogo, como se não atingissem os interesses do País e a nossa respectiva capacidade de desenvolvimento.

O levantamento, publicado pela Revista Exame, aponta para o avanço das negociações nesse ano. De acordo com a publicação, as aquisições mapeadas se encontram em estágios distintos. A mais avançada seria a venda de uma participação de 37% da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), de São Paulo, para o fundo inglês Actis, por 180 milhões de reais.

Segundo Exame, “com 38 000 alunos na capital paulista e um faturamento de 250 milhões de reais, a rede, que até então estava alheia à onda de consolidação, deve se lançar ao mercado como uma nova compradora — ainda que de empresas menores”. De acordo com a revista, assim como a Unicsul, outras redes da capital paulista também estão procurando compradores.

“O banco de investimento Itaú BBA tem o mandato de venda da Universidade São Judas Tadeu, com duas unidades e 17 000 alunos. Por enquanto, há quatro interessados nessa disputa. E o Santander já iniciou o processo de venda da Unicid, que tem apenas um campus e 15 000 alunos no bairro do Tatuapé, na zona leste da cidade”, aponta.

A revista suscita ainda a possível venda da Uninove — a sexta maior universidade do país, com 111 000 alunos e um faturamento de 431 milhões de reais. “De acordo com o preço médio pago por aluno em aquisições desse tipo, a compra da Uninove custaria algo entre 600 mi-

O maior risco seria da fusão desses grupos entre si, o que formaria um conglomerado gigantesco.

Ihões e 800 milhões de reais. Quem assumir o controle da rede passa a brigar pela liderança na capital paulista, mercado em que nenhuma das três consolidadoras — Anhanguera, Kroton e Estácio — está bem posicionada. Ou seja, é um negócio com alto potencial de competição, o que pode levar os preços para cima”, relata Exame. A Revista apurou ainda que os donos da Uninove já deram ao BTG Pactual o mandato para encontrar potenciais compradores. Entretanto, a empresa diz que não está à venda.

No nordeste do Brasil a situação não é diferente. Segundo a publicação, a Mauricio de Nassau, fundada em 2003, em Recife, tem 14 faculdades, com 50 000 alunos, já é o 11º maior grupo do país e vem crescendo num ritmo de 20% ao ano. O empresário Janguiê Diniz, dono da Instituição, afirmou à Exame que “já recebeu uma dezena de propostas nos últimos dois anos, mas só agora contratou um banco para ajudar na escolha do comprador: o assessor da venda é o Goldman Sachs. Oficialmente, Diniz nega que tenha colocado sua rede à venda.”

Risco ainda maior de concentração

A concentração no “mercado” educacional é um dos principais sinais de alerta para o País, especialmente para estudantes e trabalhadores em estabelecimen-

tos de ensino. Atualmente os maiores Grupos são: Anhanguera, Kroton e Estácio de Sá — todas com investimentos de fundos chamados de private equity. Hoje, a Anhanguera tem 347 000 alunos, seguida da Kroton e da Estácio, que têm, respectivamente, 264 000 e 248 000.

O maior risco seria, é claro, da fusão desses grupos entre si, o que formaria um conglomerado gigantesco. A reportagem da Revista Exame aponta para uma possível negociação entre a Anhanguera (com forte presença em São Paulo, Sul e Centro-Oeste) e a Kroton (que se concentra mais no Nordeste e no Rio de Janeiro). De acordo com Exame, os representantes dos fundos que comandam as duas empresas (o Pátria, pela Anhanguera, e a GP, pela Estácio) já fizeram reuniões para discutir os benefícios de uma eventual fusão.

Setembro de 2011:

Anhanguera compra da Uniban por 510 milhões de reais.

Dezembro de 2011:

Kroton adquiriu a paranaense Unopar por 1,3 bilhão de reais.

Unesco destaca situação do ensino médio brasileiro

Políticas sociais integradas, que destaquem não só o acesso, mas também a permanência e o bom desempenho dos estudantes no ensino médio. Essa é uma das considerações realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil no relatório Ensino Médio: Proposições para Inclusão e Diversidade. O estudo tem o objetivo de contribuir com os governos para a “formulação de políticas e ações voltadas para a expansão da oferta desse nível de ensino com qualidade”.

O relatório é divido em quatro partes: Legislação e normas nacionais para o ensino médio; estudos e informações oficiais e não oficiais sobre o ensino médio; questões relevantes e perspectivas para um ensino médio público de qualidade e recomendações aplicáveis às políticas e ações nacionais; e considerações finais e recomendações.

A proposta do estudo é destacar não só a importância de proporcionar o acesso dos/as jovens ao ensino médio, mas também de garantir a permanência deles/as na escola. Com base em estudos anteriores, o relatório da Unesco destaca que ainda há uma diferença entre idade e ano escolar. Além disso, observa que a porcentagem de crianças matriculadas no ensino fundamental é superior à de adolescentes no nível médio.

“De cada 100 crianças na faixa etária de sete anos, 98 frequentavam a escola. Contudo, na faixa de 15 anos, idade em que já deveriam ter concluído o ensino fundamental, somente 47% conseguiram completar essa etapa. No ensino médio esse quadro é ainda pior, pois se observa que somente 37% da população de 18 anos o concluíram”, ressalta o estudo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2009).

O documento da Unesco destaca ainda alguns desafios na educação no país, como problemas referentes à gestão e à função das estruturas dos sistemas de educação; gestão das escolas; formação inicial e continuada dos professores; e condições de trabalho dos educadores.

“Vale lembrar que é ingênuo considerar que as políticas educacionais dão conta, sozinhas, dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro e, em especial, pelo ensino médio. Políticas educacionais e de trabalho voltadas para os jovens

necessitam estar articuladas com as políticas de redução das desigualdades sociais e econômicas e com as políticas de saúde, segurança, cultura e lazer. Sem isso, será difícil garantir oportunidades concretas de futuro aos jovens para concluírem a educação básica, continuarem os estudos após sua conclusão, terem inserção qualificada e competente no mundo do trabalho e participação cidadã na vida em sociedade”, enfatiza.

A consideração da Unesco é seguida por uma série de sugestões que podem ajudar a melhorar o quadro da educação no Brasil, como a mobilização da sociedade para garantir a educação básica, o incentivo de estratégias que reduzam a evasão e a repetência escolar, o estímulo à participação do estudante nos processos pedagógicos da instituição de ensino, entre outros aspectos.

Leia o estudo na íntegra em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/ensino_medio_proposicoes_para_inclusao_e_diversidade/

O relatório “Ensino Médio: Proposições para Inclusão e Diversidade”, publicado pela Unesco, faz um diagnóstico do setor no Brasil.

Fonte: Karol Assunção/Adital



Salvador sedia o VI Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos Administrativos e Auxiliares

Arquivo CONTEE/TREEMÍDIA



O VI Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos Administrativos e Auxiliares, realizado pela CONTEE, em Salvador (BA), nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 2012, foi muito bem sucedido. A atividade aconteceu nas dependências do Hotel Sol Barra e reuniu 76 participantes.

A mesa de abertura foi constituída por: Olmir Luiz Paludo (Diretor da CONTEE), Alberto Matias dos Santos (Presidente do SINAES BA), José Roberto Torres Machado (CUT) e Renato Jorge (CTB). Olmir Paludo, coordenador do Encontro, abriu a atividade destacando seu objetivo e a importância das discussões, e ressaltou ainda sua satisfação frente à grande adesão das entidades. Após a abertura, foi exibida apresentação com resgate histórico dos encontros anteriores.

A mesa “Conjunturas: Internacional e Nacional” contou com a participação de Clemente Ganz Lúcio (diretor técnico do Dieese), que falou sobre o bom momento que o Brasil vive em relação à crise Internacional, afirmado que temos a oportunidade para “fazer a mudança necessária na Educação”.

Também representando o DIEESE, Cristiane Shell abordou

o tema “Perfil de Categoria dos Trabalhadores Técnicos; Administrativos e Auxiliares do Brasil”. Ela analisou dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre 2007 e 2010.

A discussão a cerca da “Identidade, Espaço e o papel na CONTEE” reafirmou que os trabalhadores técnicos administrativos formam uma classe com grande valor na Educação.

Após o debate, os participantes foram divididos em grupos para discutirem e analisarem propostas a serem enviadas à direção da CONTEE.



Reunião afina estratégias para Campanha Salarial Nacional 2012

Representantes de entidades filiadas de todo o Brasil estiveram nesta terça-feira, dia 14/02, em São Paulo/SP, para participar de um encontro sobre a implementação da Campanha Salarial Nacional 2012. A atividade aprofundou os debates sobre a aplicação das peças produzidas para a Campanha (que estão disponíveis para download no Blog: www.algoerradonoensinoprivado.org.br e discutiu as táticas e estratégias a serem utilizadas pelas entidades – a fim de fortalecer a luta dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino nas negociações deste ano.

O encontro, promovido pela Secretaria de Organização e Políticas Sindicais e pela Secretaria de Comunicação, teve o objetivo de esclarecer as dúvidas e explorar as estratégias de divulgação da Campanha Salarial Nacional 2012 – criada pela CONTEE – sob o tema: “Tem algo errado no Ensino Privado”, com destaque para a reivindicação de aumento real e valorização das condições de trabalho.

Para Fabio Zambon, Secretário de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, “o Brasil inteiro quem que saber que “tem algo errado no ensino privado” e a nossa Campanha vai fazer isso”.

A Secretaria de Comunicação da entidade, Maria Clotilde Lemos Petta, lembrou que historicamente a CONTEE sempre buscou a criação de campanhas nacionais, a fim de fortalecer as reivindicações das categorias. Ela acredita que é importante que: “as diretorias dos sindicatos coloquem como prioridade no seu planejamento a questão da Comunicação e, dentro disso, priorizar as ações de comunicação diretamente relacionadas às Campanhas Salariais”.

O impacto das novas tecnologias na luta sindical foi um dos principais temas discutidos pelos participantes, apontando a necessidade de inclusão digital dos dirigentes sindicais, bem como a experimentação das entidades na comunicação virtual. A utilização das redes sociais também foi muito debatida, a partir do questionamento do seu papel mobilizador e difusor das ações das entidades e da relação direta com a base.

Quem desejar informações ou quiser enviar notícias para o Blog da Campanha Salarial Nacional 2012 deve entrar em contato pelo e-mail: algoerrado@contee.org.br





Um milhão de bolsas no ProUni



No dia 23 de janeiro, foi realizada no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, solenidade de celebração da concessão de 1 milhão de bolsas de estudo do Programa Universidade Para Todos (ProUni). A ocasião também marcou a despedida do Ministro da Educação, Fernando Haddad, que deixa o cargo para concorrer à prefeitura de São Paulo/SP. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE prestigiou a atividade, sendo representada pela Secretária de Comunicação, Maria Clotilde Lemos Petta.

Durante o ato, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que o ProUni leva os jovens brasileiros a romper a barreira da oportunidade. “Nós temos de medir uma sociedade pelo grau de oportunidades que ela oferece”, afirmou. Dilma disse ter “orgulho” do programa por ser é “um dos mais importantes instrumentos de distribuição de renda do país”. “Com a educação você não só distribui renda, mas constrói um modelo de desenvolvimento sustentável”, disse. “Não tem como construir um futuro se você não constrói um sistema de oportunidades no presente”, completou

Para Fernando Haddad, o ProUni é uma das ações de uma grande reforma de acesso à educação superior no país, que envolve avaliação de qualidade, reestruturação física das universidades, reformulação do sistema de acesso, educação a distância, cursos superiores de tecnologia e aumento no número de vagas. “Hoje, todas as pesquisas socioeconômicas revelam que a educação teve papel fundamental nesse ciclo de desenvolvimento, e se nós quisermos manter o atual momento vivido pelo país, vamos ter que investir cada vez mais em educação.”

O presidente da UNE, Daniel Iliescu, participou da cerimônia e em sua saudação falou da importância dessa milionésima bolsa para o Brasil. “O ProUni teve uma trajetória de muito debate e preconceito, inclusive dentro da universidade, e hoje faz parte do momento de democratização que o país vive, um pilar fundamental para o desenvolvimento que esperamos”, avaliou.

Com informações da Agência Brasil, MEC e UNE.

Posse do novo Ministro da Educação

Após a saída de Fernando Haddad, quem assumiu o Ministério da Educação foi Aloísio Mercadante, que deixa o Ministério da Ciência e Tecnologia. Para a vaga de Mercadante, o governo convidou o então presidente da Agência Espacial Brasileira, Marco Antônio Raupp — ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A posse do novo Ministro aconteceu nesta terça-feira, 24/01, e foi acompanhada pela Secretaria de Comunicação da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta.

Ao lado da presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhou a cerimônia. Foi a primeira visita de Lula ao Palácio do Planalto após o fim de seu mandato.

Com voz embargada, o novo ministro da Educação lembrou a trajetória de lutas ao lado de Lula. “O senhor plantou sementes por esse Brasil inteiro. Sementes de esperança, de dignidade do povo. Sementes de cidadania, de estabilidade, de liberdade. Sementes que estão fazendo o país florescer. Entre essas sementes, o senhor plantou a continuidade de seu governo com uma companheira de competência incrível”, afirmou.

Com informações do Instituto Lula e agências

José Cruz/ABr



Novos Programas TV CONTEE Online

A TV CONTEE Online apresentou no final de 2011 um programa especial sobre o escritor Ariano Suassuna. A reportagem relembra toda a história de vida do escritor e trás depoimentos de especialistas sobre a trajetória e as obras do autor de “O Auto da Comadecida”

Na edição de janeiro, a TV CONTEE Online trouxe uma reportagem especial sobre a Campanha Salarial Nacional 2012 que tem como tema: “Tem algo errado no ensino privado”. Na reportagem é citada também a Comissão Parlamentar de Inquérito do Ensino Privado, instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em fevereiro, o programa apresentou uma reportagem especial sobre os escândalos publicados no livro “A Privataria Tucana”, com uma entrevista exclusiva com o jornalista e blogueiro Paulo Henrique Amorim. Imperdível! Acesse o Portal da CONTEE e confira: www.contee.org.br.

Campanha Salarial Nacional 2012:

Tem algo errado *no ensino privado*



Campanha Salarial Nacional 2012 criada pela CONTEE denuncia as irregularidades do setor privado de ensino, exige aumento real e melhores condições de trabalho para os trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE lançou oficialmente em janeiro a Campanha Salarial Nacional 2012. Com a denúncia de que “Tem algo errado no ensino privado”, a Confederação conseguiu unificar nacionalmente o discurso dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino, provando que, mesmo com as peculiaridades de cada região, a evidente contradição entre um país que cresce e enfrenta com tranquilidade as crises internacionais e a resistência dos sindicatos patronais em conceder aumentos salariais é comum a todos os estados.

A Campanha tem como foco a luta pelo aumento real e melhores condições de trabalho, com objetivo de despertar a mídia e a sociedade para os problemas enfrentados pelos trabalhadores das instituições privadas de ensino.

Campanha online: uso das redes sociais

A maior novidade da Campanha deste ano é a utilização de materiais online: como Blog, Facebook e Twitter. As redes sociais tornaram-se em muito pouco

tempo ferramentas essenciais para a interação e troca de experiências e informações nos dias atuais. E no movimento sindical isso não poderia ser diferente.

Algumas experiências recentes de campanhas realizadas por entidades sindicais demonstraram a força e importância da exploração dessas novas tecnologias na luta dos trabalhadores.

Para atuar com eficiência nessa área devemos potencializar a utilização dos sites e blogs institucionais dos sindicatos, abrir perfis e contas nas redes sociais para as entidades (institucionais) e dirigentes (pessoais), a fim de ampliar a rede de contatos e interesses associada eles.

Blog, Facebook e Twitter

No Blog da Campanha você encontrará todos os materiais para download, entre eles: camisetas, adesivos, banners de internet, cartaz, folhetos, outdoors, jingles e spots de rádio. Além de informações sobre as reivindicações das categorias, instruções e estratégias de divulgação e mobilização. As postagens feitas no Blog podem e devem ser republicadas nos sites das entidades ou nas respectivas redes sociais.

Além disso, a Campanha está também na página institucional da CONTEE no Facebook (acesse e curta: www.facebook.com/paginadacontee) e no Twitter (twitter.com/_contee), cuja estratégia é a utilização da hashtag*: #algoerrado – em todas as postagens relacionadas à Campanha.

Quem quiser enviar sugestões e informações para o Blog e as redes sociais da Campanha ou ainda tirar dúvidas deve entrar em contato pelo e-mail: algoerrado@contee.org.br. **c**

* O que é Hashtag?

Hashtags são palavras-chave, antecedidas pelo símbolo “#”, que designam o assunto discutindo em tempo real no Twitter. As hashtags viram hiperlinks dentro da rede e indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, usuários podem clicar nas hashtags ou buscá-las em mecanismos como o Google para ter acesso a todos que participaram da discussão.

Fonte: Wikipedia
(Saiba mais: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtags>)

TV por assinatura

O pecado da nova lei é *o conteúdo nacional*

Por Renata Mielli*



A nova lei da TV por assinatura (Lei 12.485, que trata da Comunicação Audiovisual no Serviço de Acesso Condicionado – SeAc), sancionada em setembro de 2011, tem sido alvo de polêmica e muito debate no último período. Isso porque, entre outros motivos, ela definiu uma cota para a veiculação de produtos audiovisuais brasileiros em parte dos canais disponibilizados aos assinantes.

Esta lei é a primeira iniciativa do Congresso Nacional que preenche uma lacuna importante de um dos dispositivos da Constituição de 1988: o artigo 221, do Capítulo da Comunicação Social. Nele estão consignados os princípios que deveriam reger a produção e programação veiculadas por emissoras de rádio e televisão, a saber: dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promover a cultura nacio-

nal e regional, com estímulo à produção independente. Tais diretrizes, sem leis que as regulamentem, não passam de letra morta, um conjunto de intenções que não são passíveis de implementação por não haver parâmetros que as defina.

É justamente este o pecado da nova lei: estimular a produção nacional e independente como definido na Constituição, reservando para isso cotas de conteúdo nacional de 3h30 por semana – metade dos quais produzida por produtora independente – de veiculação obrigatória apenas nos canais que transmitem majoritariamente, em seu horário nobre, filmes, séries, documentários, animações e reality shows.

Desde o processo de tramitação da lei, parte dos empresários do setor se colocaram frontalmente contra esse dispositivo de fomento econômico e cultural da produção brasileira.

Terrorismo contra o usuário

A ABTA, Associação Brasileira de TV por Assinatura, divulgou uma ampla campanha contra a aprovação do projeto de lei, argumentando que queriam decidir o que o assinante iria assistir. Mesmo depois de aprovada, estes setores permanecem sendo contra as cotas, inclusive através de ações judiciais, como a apresentada pelo DEM a pedido da operadora Sky, arguindo a inconstitucionalidade do dispositivo.

Recentemente, a mesma Sky veiculou uma propaganda enganosa, usando atletas dos clubes de vôlei e basquete que ela patrocina, convocando os assinantes a procurarem a Ancine e o Supremo Tribunal Federal para dizerem que são contra a lei. O argumento usado foi o

mesmo da ABTA – querem decidir o que você vai assistir – num tom de terrorismo e usando mentiras e desinformação.

Como alertou em nota o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a Sky usou “a boa fé do usuário da TV por assinatura e de atletas de renome do esporte nacional para defender disfarçadamente seus próprios interesses comerciais”.

Entre as várias informações enganosas que a Sky e todos os setores que se colocam contra a lei estão disseminando destacam-se a de que a lei poderá mudar toda a programação da TV por assinatura, reduzindo a programação esportiva e limitando a liberdade do assinante na escolha dos canais.

É difícil sustentar o argumento de que meia-hora diária de conteúdo nacional vai mudar toda a programação da TV. No caso da ameaça de alteração na programação esportiva a má-fé do argumento é ainda mais flagrante, já que os canais de esporte não estão obrigados a cumprir a cota. Ou seja, não haverá mudança nenhuma nos canais esportivos.

Sobre a suposta perda de liberdade do assinante, a reflexão que precisa ser

feita é: o assinante hoje tem alguma liberdade de escolha? Ao contratar o serviço de TV por Assinatura, o usuário não tem liberdade de contratar os canais aleatórios de forma avulsa, nem de construir seus próprios pacotes e comprar canais que a operadora não quer lhe oferecer. Um exemplo recente envolveu o acesso ao novo canal esportivo Fox Sports, que tem os direitos de transmissão da Copa Libertadores da América. Operadoras como a Sky – a mesma que faz terrorismo com a tal liberdade – não quis, por questões comerciais, incluir o canal em seus pacotes.

Cota gera estímulo de produção e audiência

Existem atualmente cerca de 12,7 milhões de domicílios com TV por Assinatura, e uma forte tendência de crescimento deste setor. Por isso, a garantia de espaço qualificado para veiculação de produtos brasileiros, ainda que inicialmente pequena, é um instrumento efetivo de diversificação dos conteúdos, de estímulo econômico à cadeia produtiva do audiovisual brasileiro e tem um papel positivo na formação da audiência.

Se é verdade que a televisão possui um poder inquestionável de ditar valores e comportamentos, de difundir ideologias e construir imaginários coletivos, reservar espaços para veicular produtos brasileiros é essencial para fomentar a cultura e os valores nacionais, promover a pluralidade e a identidade do Brasil.

Além disso, as cotas na televisão contribuem para formar uma nova audiência para estes conteúdos o que, sem dúvida, terá impacto positivo no médio e longo prazos, que poderão ser sentidos nas salas de cinema e até na demanda por mais produtos nacionais, forçando as emissoras a oferecerem mais horas destes produtos do que o piso previsto pela cota.

O movimento contra as cotas é motivado por uma visão predadora da cultura e da economia brasileira e é organizado pelos que preferem adquirir programas produzidos fora do Brasil, que já chegam aqui com seus custos amortizados e portanto a preços módicos. Investir na produção de conteúdo nacional altera a lógica comercial destes canais, que serão obrigados a deixar um pequeno quinhão de seus lucros no país e não apenas

remetê-los para incrementar a indústria audiovisual norte-americana.

Mas a verdade é que toda essa ofensiva contra a lei se dá, principalmente, porque ela cria um ambiente de maior competição, possibilitando o ingresso de novos setores econômicos no mercado de TV por Assinatura, como as empresas de Telecomunicação, que passam a atuar neste segmento, criando alternativas em locais onde o usuário tinha apenas uma empresa prestadora do serviço.

Além das cotas, um instrumento de fomento cultural largamente utilizado em vários países, e do incremento à competitividade, a nova lei avança ao tratar das duas dimensões constituintes da atividade econômica da radiodifusão: a infraestrutura e a produção de conteúdo.

É a primeira legislação brasileira que foi construída efetivamente para um cenário de convergência tecnológica. Define claramente as diferentes atividades envolvidas na prestação deste serviço: distribuição, empacotamento, programação, produção e atribui a regulação de cada uma destas dimensões ao órgão regulador afim.

Todas as atividades vinculadas à infraestrutura



serão reguladas pela Anatel, e as atividades de produção pela Ancine. E este é outro motivo que causa descontentamento entre os empresários: o comando explícito da lei sobre a necessidade de haver regulação para as questões envolvendo a produção de audiovisual.

Mas é fundamental deixar claro que o que se vai regular não é o conteúdo, mas a observância de dispositivos que garantam o cumprimento das cotas, como o número de reprises e o tempo de publicidade, além do respeito à veiculação de produção independente.

Apesar de definir regras para o serviço de televisão pago e, portanto, não se aplicar ao serviço de radiodifusão aberta, os conceitos e parâmetros definidos por esta lei e pela sua regulamentação serão, sem dúvida, considerados para o debate do novo marco regulatório das comunicações.

Se o governo ainda não demonstrou vontade política de colocar este debate em pauta, a dinâmica econômica da vida real – imposta por um cenário de convergência tecnológica – nos colocou a oportunidade de efetivar uma parte importante destes princípios, através da Lei 12.485.

Por tudo isso, o acompanhamento da aplicação da lei 12.485 é uma das tarefas mais importantes da atualidade para os que têm lutado por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. **c**



* Renata Mielli é diretora de comunicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Na pauta *Positiva*

Veja aqui um importante avanço no debate educacional que merece destaque:

MEC distribuirá tablet aos professores das escolas públicas

O uso de tablet na rede pública de ensino vai começar pelos professores do ensino médio. A partir do segundo semestre, o Ministério da Educação (MEC) deve iniciar a distribuição dos equipamentos para 598.402 docentes.

Para o MEC, o programa tem mais chances de sucesso se o professor dominar o equipamento e o seu uso, antes de chegar ao aluno. Cursos de capacitação presencial e à distância vão ser oferecidos, assim que o aparelho começar a ser distribuído.

Com o tablet, o professor poderá preparar as aulas, acessar a internet e consultar conteúdos disponíveis no equipamento. O MEC irá desembolsar de R\$ 150 milhões a R\$ 180 milhões para comprar até 600 mil unidades este ano. Depois de distribuir para os professores do ensino médio, o Ministério deve entregar os aparelhos para os docentes do ensino fundamental. Ainda não há previsão sobre quando os alunos receberão o equipamento.

Fonte: Agência Brasil

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Irregularidades nas mensalidades do PROUNI

No último dia 24 de janeiro, o portal IG publicou notícia denunciando a cobrança irregular de mensalidades aos estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI). De acordo com a reportagem, para um estudante se matricular no curso de Direito da Facet, na Bahia, a mensalidade custa R\$ 690, mas para um bolsista do PROUNI, que tenha direito a 50% de desconto, o valor original muda para R\$ 1.210.

Com a repercussão deste caso, outras denúncias surgiram. Ao que parece existe um valor “normal” para competir com as outras instituições e uma espécie de “tabela cheia” para apresentar para o governo e faturar mais com o Prouni. Tanto a Anhanguera, quanto a Facet não negaram as diferenças de valores, mas tentaram explicar dizendo que praticam diversas formas de descontos e incentivos.

Com os indícios de que essa prática pode ser comum no restante do país, o Ministério da Educação abriu sindicância para apurar o caso.

Fonte: Portal IG

O que esperar *do novo Ministro*

José Cruz/ABr

Aloizio Mercadante assume o Ministério da Educação com a responsabilidade de fazer avançar as diretrizes educacionais do Governo Federal, transformando-as em políticas de Estado.



Depois de um ano no comando do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, de 57 anos, assumiu no final do mês de janeiro, o Ministério da Educação. Formado em economia pela Universidade de São Paulo (USP), ele começou sua trajetória política em entidades estudantis. Mercadante é doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp) e professor licenciado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mercadante foi eleito três vezes deputados federal e uma vez senador. Em 1994, foi indicado a vice-presidente na chapa encabeçada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro também ocupou o cargo de vice-presidente nacional do PT e secretário de Relações Internacionais da legenda, além de integrar o Diretório Nacional e da Executiva Nacional. Ele participou da formulação dos programas de governo do PT e da campanha presidencial do partido nas eleições de 1989 e 2002.

Ao ser confirmado como substituto do ministro da Educação, Fernando Haddad, Mercadante foi elogiado pelo titular. Para Haddad, o colega fez um trabalho reconhecido na Ciência, Tecnologia e Inovação e a transição para Educação será tranquila. “Ele [Mercadante] será um ótimo ministro”, definiu Haddad.

As entidades nacionais de educação ressaltam o esforço do Ministério e a consolidação de políticas educacionais alcançada no último período, mas cobram ainda maiores avanços e ousadia do novo Ministro.

Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), espera manter a relação de diálogo com o MEC. “Atualmente, o movimento estudantil brasileiro mobiliza-se, por todo o Brasil, carregado de um sentimento

misto entre o otimismo e a apreensão para que as conquistas do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos sejam, de fato, revertidas em investimentos na sua estrutura educacional”, afirma.

O dirigente estudantil reconhece e valoriza as iniciativas do Ministério da Educação no último período, citando o ProUni, o Reuni, o Enem, o novo FIES, o PRONATEC e outros projetos. No entanto, destaca que as iniciativas ainda estão aquém dos desafios da educação nacional. Para ele, a escola e a universidade brasileiras, de um modo geral, não conseguem dialogar com as grandes questões nacionais.

“Achamos que este é o momento de discutir e aprovar uma Reforma Universitária democrática, que mude a lógica da universidade, que muitas vezes se porta como mera reproduutora de conhecimentos. Precisamos investir mais

em pesquisa e extensão, debater os currículos, garantir autonomia financeira. Não dá mais para a educação ser discutida apenas através de programas pontuais — precisamos de um projeto de Estado que dê resposta aos desafios do País”, disse Iliescu.

Questionado sobre a expectativa em relação à atuação no novo Ministro, Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, destacou importância das políticas direcionadas à alfabetização. “Nós desejamos que ele (Ministro) tenha uma postura mais ousada, dedicada a questões que, inclusive, colaborarão para o país alfabetizar suas crianças na idade certa”. Cara ressaltou também a necessidade de reformulação das políticas de avaliação da qualidade da educação e o estabelecimento da mesa negociação sobre o piso do magistério público.

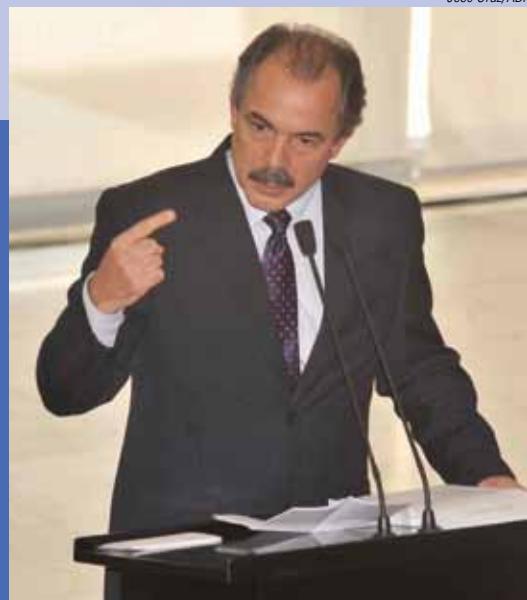
“Em apoio à CONTEE, nós também entendemos ser urgente a necessidade de regular de modo democrático e eficaz o ensino privado, tanto na educação básica, como no ensino superior”, enfatizou. Além disso, segundo o dirigente da Campanha, Mercadante precisa fortalecer o Fórum Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Educação “como legados de um governo que, por origem, deve ter compromisso democrático e popular”.

Já o presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Roberto Leão, reconhece a experiência e a capacidade intelectual e política do ministro Mercadante, e espera que ele possa avançar nas questões estruturantes da educação, especialmente no que tange à construção do sistema nacional de educação.

Outro ponto de destaque para a CNTE é a implantação do conceito de Custo Aluno Qualidade, que requer mais investimentos públicos para a educação e a efetivação das políticas de valorização dos trabalhadores em educação (formação inicial e continuada, piso do magistério, profissionalização dos funcionários de escola). Além do “investimento nas políticas pedagógicas, curriculares e nas ações democráticas em âmbito dos sistemas de ensino e das escolas”, apontou Leão.◆

Com informações da Agência Brasil e do Senado

José Cruz/ABr



Biografia

Nome completo: Aloizio Mercadante Oliva

Nascimento: 13/5/1954, Santos/SP

Filiação: Oswaldo Muniz Oliva e Yara Mercadante Oliva

Histórico acadêmico: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo, São Paulo/SP (1973/1976); Mestrado em Economia, pela Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas/SP (1977/1978); Doutorado em Economia pela Universidade de Campinas/SP (1995/1996).

Profissões: Economista, Professor

Mandatos eletivos: Deputado Federal (PT-SP): 1991 a 1995 (SP); 1999 a 2003 (SP)

Senador (PT-SP): 2003 a 2007 (SP); 2007 a 2011 (SP).



No PNE
diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação

É bom para a educação. É bom para o Brasil.

Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado



conTEE
Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino